

Excluídos e marginalizados: profetismo bíblico e a questão da terra*

SERGIO ALBERTO FELDMAN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RESUMO

Este breve artigo pretende entender a História Bíblica a partir do olhar da coletânea de livros bíblicos assim denominados como a História Deuteronomica, que subentende a aliança de Deus com os hebreus através da consecução de um pacto ou de uma série de alianças imbricadas uma com o outra, ora entre Deus e Casa de David, ora entre Deus e o Povo de Israel. O Pacto gera alguns direitos e obrigações aos hebreus: obediência e fidelidade a Deus, negação do politeísmo e da idolatria, conquista e usufruto da terra de Canaã (Terra Prometida) e a proteção do povo por Deus. O rompimento do mesmo ocorre em dois níveis: devido às práticas de idolatria no seio do povo e por causa da criação e manutenção da desigualdade social com a desmontagem da partilha divina das terras. Nesta concepção a divisão de Canaã realizada através de Josué adquire uma aura de sacralidade e a manutenção de um sistema social justo obtém a chancela divina, na ótica de escribas e profetas que redigem o texto supostamente revelado por Deus.

Palavras-chave: Terra; Idolatria; Justiça Social.

ABSTRACT

The objective of this brief article is to understand the Biblical History as of the point-of-view of the so-called biblical book collection, such as the Deuteronomy History that brings about the covenant between God and the Hebrews through a pact or several imbricate alliances with each other, sometimes between God and the House of David, and other times between God and the People of Israel. The Covenant generates some rights and obligations to the Hebrews: obedience and loyalty to God, negation of polytheism and idolatry, conquer and enjoyment of the Land of Canaan (The Promised Land) and God's protection to the people. The breach of the covenant happens in two levels: due to idolatry among the people and due to the creation and maintenance of social inequalities when the divine sharing of the land is dismantled. Based on this concept, the division of Canaan conducted through Joshua has a new aura of sacredness, and the maintenance of a fair social system is approved by God, according to the scribes and prophets who wrote the text that was supposedly revealed by God.

Keywords: Land; Idolatry; Social Justice.

A BÍBLIA É O MAIS INFLUENTE LIVRO DO MUNDO ocidental. Sua presença perpassa quase três milênios de História e aguça as mentes na tentativa de explicá-la através das lentes de diferentes compreensões, ora teológicas e ora laicas. A sensibilidade do tema exige certa delicadeza ao abordá-lo visto ser o fundamento de crenças enraizadas e justificativa de valores e princípios. Como nos colocarmos diante de um texto tão polêmico e que gera tantas divergências? Pode se entender o texto como sendo revelado e por sua origem divina, ser incontestável e gerador de fatos e conceitos absolutos. Optamos por não assumir esta postura e tentar compreender o texto como sendo escrito por pessoas de fé, possivelmente inspiradas e devotas a Deus, mas humanamente inseridas numa realidade cotidiana, terrena e nos problemas que a sociedade de uma época tem e pode ter. E respeitosa e criticar e analisar o texto e seu contexto social, político e também religioso, evidentemente.

Recorte e objeto de estudo

A PROPOSTA DESTE BREVE ESTUDO É ANALISAR A Bíblia Hebraica, conhecida pela Cristandade como Antigo Testamento e pelos judeus através da sigla TANACH.¹ Obra coletiva que espelha séculos de experiências religiosas e da história de um povo em busca de sua identidade religiosa sob a égide de um Deus único, universal e Criador do universo. No conjunto desta obra nosso recorte se centralizará nos livros proféticos, inserindo-os no contexto da realidade vigente, mas fazendo uso da assim denominada história deuteronomica. O objeto de estudo é a terra e sua sacralização e socialização através de um pretense pacto com Deus que ajuda a conquistar e partilhar a terra de Canaã sob sua égide, criando uma sociedade supostamente sagrada e justa na qual a garantia do pacto seria a continuidade do monoteísmo e a manutenção de uma estrutura social justa e equilibrada.

O texto e sua autoria

A VISÃO TRADICIONAL DO JUDAÍSMO É que o núcleo da Bíblia Hebraica, a assim denominada *Torá* ou Pentateuco (cinco livros de Moisés) teria sido revelado por Deus a Moisés. Seria uma espécie de constituição judaica de onde a legislação cotidiana emanaria e seria inspirada e se fundamentaria. Os demais textos são textos inspirados e revelados através dos Profetas, ainda que vários textos sejam de caráter histórico, tal como Juízes, Samuel, Reis. Em essência teriam todos a sanção divina, mesmo sendo o Pentateuco hierarquicamente superior. Discordamos desta interpretação tradicional levando em conta a comprovação através da Crítica bíblica que há uma diversidade de autores, de estilos e contextos de época. Por vezes se encontram textos alocados lado a lado, como os capítulos iniciais do Gênesis que claramente supõe duas autorias. Neste caso a fundamentação básica seriam os nomes de Deus: numa parte surge o termo ELOHIM e no outro o tetragrama com o inefável nome divino YHWH erroneamente pronunciado como Javé, Iavé ou Jeová. Compreendemos que as múltiplas autorias fazem parte de diversos conjuntos definidos por parte dos peritos como sendo coletâneas: a versão Elohista (que usa o nome Elohim), a versão Iaveista (que usa o tetragrama), o código sacerdotal (cujo núcleo é o livro de Levítico), o amplo e coerente conjunto conhecido como História Deuteronomica e conjuntos menores além de livros isolados (Lamadrid, 1999; Grün, 1983). Compreendemos que os autores são escribas e profetas que relatam os fatos

sob um olhar de fé e inseridos na concepção monoteísta e imbuídos de valores éticos que eles acreditam ser emanados de Deus através de um Pacto. A nossa percepção não passa pela afirmação de verdades, de fé e de crenças absolutas e fundamentalistas. Tenta compreender, dentro de nossas limitadas percepções, como os autores do texto compreendiam a sua realidade e construía um imaginário da História perpassado de crenças e construções teológicas e teleológicas.

O contexto

HÁ DOIS MOMENTOS QUE NOS INTERESSAM ambos, interpenetrando-se na análise. O período da conquista de Canaã que pode ir de 1350 a 1050 a. E. C. e o período dos Profetas que acontece na seqüência. Neste segundo enfocaremos apenas o período dos dois reinos que vai de c. 933 a. E. C. até c. 586 a. E. C. No primeiro há a inserção de um sistema social sancionado pela divindade através dos líderes do povo, conquistando e partilhando a terra. No segundo há uma crise social e o sistema perde estabilidade e começa a se transformar de maneira que gera a perda da posse das terras pelos camponeses e a formação de latifúndios e uma massa de desapossados e famintos.

A conquista de Canaã (I) – a percepção historiográfica

A HISTORIOGRAFIA TEM TECIDO CRÍTICAS À visão tradicional da conquista da terra por Moisés e Josué. Obras polêmicas surgiram e que tentam rever as posições que pretendiam autorizar a verdade do texto bíblico através de fundamentação em achados arqueológicos. A primeira metade do século XX foi palco de obras no estilo da renomada “A Bíblia tinha Razão” de Werner Keeler que teve no Brasil algumas dezenas de edições esgotadas. Estas obras eram criadas através de um binômio ideológico: universidades mantidas por fundações religiosas e pesquisas direcionadas para objetivos específicos. Tudo no intuito de provar a Verdade e a quase absoluta historicidade do texto sagrado com os achados arqueológicos.

Outras obras surgiram e foram embasadas na renovação e ampliação dos estudos arqueológicos e uma nova metodologia de interpretação dos resultados. Dois arqueólogos se sobressaíram nas décadas recentes num nível amplo e geral, tendo suas obras traduzidas em diversas línguas. O impacto editorial no

Brasil foi limitado. Trata-se da obra “A Bíblia não tinha Razão” de Silberman e Finkelstein. Nesta obra se revêem conceitos tradicionais e podemos perceber que o intuito não é provar nada inserido nas Escrituras, mas sim entender o que é histórico e o que extrapola aos fatos e entra no terreno da fé e da propagação de valores.

O nosso olhar se direciona a analisar o texto bíblico e não os fatos que ele descreve. Entender a mensagem e os valores de uma sociedade mais que os fatos que ocorreram. A nossa hipótese de reflexão é: existe no texto uma crença e uma interpretação da realidade que perpassa os fatos. O olhar do escriba em relação à realidade tem um direcionamento e uma interpretação teológica: o escriba crê em algo e percebe a realidade e a História dos hebreus sob esta ótica. Não acreditamos que nossa interpretação seja neutra e tampouco isenta de ideologias, mas sugere uma leitura da conquista e posse da terra como um elemento de um complexo denominado PACTOS.

Os livros que analisaremos não foram escritos paralelamente aos acontecimentos que descrevem. São obras de autoria posterior aos fatos que narram. Refletem uma concepção de mundo ou ideologia e uma interpretação da História. Os escribas aprendem das lições que Deus lhes ensina através dos fatos da História e compreendem que há um sentido na história sagrada do povo que concertou o pacto com Deus: a conquista e destruição do reino de Israel (norte) em c. 722 a. E. C. e a *posteriori* o mesmo fato ocorrendo com o reino de Judá (sul) em c. 586 a. E.C. são enigmas que devem se explicados.

Concretamente, a destruição de Jerusalém e o exílio da Babilônia feriam profundamente a consciência israelita e colocavam um problema de fé. Deus não havia empenhado sua palavra no sentido de que duraria para sempre a dinastia davídica? Não havia referendado com um juramento a promessa da terra? Jerusalém não era uma cidade santa e inviolável, eleita pelo Senhor como a morada de seu nome? (Lamadrid, 1996: 21-22).

Na compreensão dos profetas e escribas estes fatos se tornam provas cabais que justificam a construção de uma concepção do sentido da história. Uma lógica ética e religiosa se molda para facilitar o entendimento: o povo de Israel fizera um pacto e ao não segui-lo sofrera as conseqüências deste gesto, sendo punido através dos instrumentos de Deus (os povos ou reinos ou impérios) que atingiram o povo através de invasões e/ou conquistas e geraram punições que serviam de alerta ao povo para não arredar pé do pacto e de suas conseqüências inerentes, em especial a fidelidade ao Deus único, a santidade do

povo e a absoluta negação da idolatria.² A história do povo de Israel se inseria numa finalidade regida por Deus e direcionada à Redenção (Feldman, 2006).

A conquista de Canaã (II) – os Pactos

NUM ARTIGO RECENTE ARTICULAMOS ESTA REFLEXÃO e descrevemos este entendimento que uma das formas de se ler e entender o conteúdo da Bíblia Hebraica era através de pactos ora imbricados e ora separados.³ O que sugerimos era que o texto bíblico era um complexo conjunto de autores situados em épocas diferentes e com objetivos diferentes no que tange ao sentido da obra e ao sentido da História. O eixo temático está inserido em pactos de Deus com elementos humanos, seja indivíduos ou uma família, assim sendo um coletivo, ora as tribos, ora o povo de Israel como um conjunto. Há uma confluência e uma síntese de pelo menos dois pactos que andam em paralelo e ora se encontram e ora se unem no texto.

Há um pacto de Deus com a família patriarcal que é herdado pelos descendentes de Jacob ou Israel. É renovado e ampliado no sopé do Monte quando se ordenam os Mandamentos e se articula de acordo a tradição, a criação da Lei, base de todo o conceito de pacto. Os eixos temáticos principais deste pacto seriam: a) o povo aceita e cultua o Deus único, criador dos céus e da terra e se associa a ele de maneira plena e íntegra; b) indissociável do tópico anterior, o povo concorda em não ter outros deuses (politeísmo) e não cultuar imagens (idolatria) sob nenhuma hipótese. Seria uma dedicação e exclusividade absoluta ao Deus de Israel e condição *sine qua non*. Romper este item do acordo geraria severas punições; c) a legislação de um código ético-religioso que serviria de moldura e controle social para a continuidade do pacto num mundo aonde a idolatria e os valores pregados pelo Judaísmo eram estranhos e incongruentes; d) na compreensão dos escribas que redigiram a Bíblia Hebraica a contrapartida deste aceite das crenças e das regras da Lei geraria a proteção divina e a concessão da terra de Canaã como território para ocupação e colonização. Este último tópico é fundamental para nossa reflexão.

Outro pacto aparece e se desenvolve em paralelo ao primeiro e direciona a Casa de Davi, como a escolhida e protegida por Deus para governar seu povo. A evolução deste pacto leva ao desenvolvimento de um conceito messiânico que extrapola a legitimação da dinastia e a sacralização do poder monárquico para se converter em uma concepção escatológica de Redenção que permeia a visão

de finalidade da História tanto do Judaísmo quanto do Cristianismo e, de certa forma, do Islã (Feldman, 2006). Como já abordamos esta problemática anteriormente evitaremos falar dela salvo no contexto da análise de nossa problemática.

A conquista de Canaã é vista sob a ótica do primeiro pacto, ou seja, através do olhar do escriba esta se insere na aliança de Deus com os descendentes das doze tribos que haviam sido libertados por Deus e selado um pacto tendo a Lei como referência e garantia. A Lei oferecia ao povo a custódia da terra, se e apenas sob a condição de que deveriam seguir o Deus único e obedecê-lo. A terra é vista como sendo de posse divina e o povo como transitório na medida em que esteja ou não imbuído do pacto e de suas exigências. Isto já aparece na Lei mosaica: “Também a terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois estrangeiros e peregrinos comigo” (Levítico, cap. 25, vers. 23).

No olhar do escriba Deus lidera e orienta a conquista. Luta e coordena a invasão de Canaã. Voltemos nossos olhos para o texto bíblico. A conquista de Canaã está contida em dois ou mais livros dependendo da maneira que se observa. Os livros de Josué e de Juízes são obrigatoriamente aceitos como uma descrição da conquista, ocupação e colonização de Canaã. Descrevem de maneira ora detalhada e ora bastante concisa a tomada de cidades. Não se trata de livros militares. O eixo da guerra serve de moldura para algumas concepções. Elas são a *raison d’etre* dos livros. Tentaremos alinhar as que nos parecem as mais marcantes.

A primeira seria que Deus demarca a conquista desde seu início como uma espécie de **guerra santa**. Este conceito permeia os trechos da conquista de Jericó e Hai que se estendem do capítulo sexto ao oitavo do Livro de Josué. Os trechos iniciais do livro também se inserem nesta concepção visto serem uma demarcação e esclarecimento para os membros do pacto de tudo que viria. Após cruzar maravilhosamente o rio Jordão (Josué, cap. 3) inserem uma pilha de pedras, demarcando no leito do rio seu ingresso. Esse hábito fora seguido pelos patriarcas para demarcar ora túmulos ora locais sagrados. A entrada no território demarca a sacralidade da conquista. Em seguida ocorre a circuncisão coletiva daqueles que nasceram no deserto e não eram ainda membros plenos do pacto após cruzarem o rio Jordão: “Então Josué fez para si facas de pedra, e circuncidou aos filhos de Israel no monte dos prepúcios” (Josué, cap. 5, vers. 3). Uma demarcação clara dos soldados e diferenciação deles em relação aos cananeus.

Na seqüência, percebemos que Deus ordena que a primeira cidade a ser tomada seja considerada como pertencendo a Ele. O espólio da guerra deve ser completamente isolado, coletado e não tomado pelos soldados. Há alguns aspec-

tos no anátema declarado por Deus sob Jericó. Quem conquista é Deus, pois executa a célebre queda das muralhas em meio a simbólicos gestos e rituais. Uma espécie de sacrifício a Deus. Há severas ordens para que os conquistadores não recolhessem espólio. Pode-se interpretar sob alguns olhares este gesto e proibição: a) seria uma maneira simbólica de impedir que alguns tomassem espólio maior do que outros e assim gerassem diferenças sociais que poderiam ser desagregadoras; b) poderia ser a intenção de impedir que obtivessem imagens e ídolos de pedra ou metais preciosos e os cultuassem; c) poderia ser um símbolo de coesão grupal e ritualização da conquista perpetrada por Deus para seu povo. O anátema é um amplo símbolo e deixa espaço a interpretações polissêmicas.

A seriedade da advertência do anátema é frisada na seqüência. A tomada de Hai imediatamente após Jericó é um desastre. Numa campanha secundária e contra uma cidade de pouca importância as tribos são derrotadas. O motivo se torna claro: um hebreu havia transgredido a ordem divina relativa ao anátema. Um membro da tribo de Judá transgrediu e furtou um objeto da cidade de Jericó. Nas palavras do texto bíblico: “Israel pecou, e transgrediram a minha aliança que lhes tinha ordenado, e tomaram do anátema, e furtaram, e mentiram, e debaixo da sua bagagem o puseram” (Josué, cap. 7, vers. 11). Concebe-se aqui que o espólio ou botim da conquista pertence a Deus e ele permite ou proíbe que se tome e use objetos ou bens da terra recém conquistada. O mesmo se dá com a posse da terra e seu usufruto.

No final do livro de Josué há uma detalhada distribuição das terras tomadas (ou até mesmo as não conquistadas ainda na época de Josué) através de uma partilha definida por Deus. Moisés já distribuía terras a leste do Jordão para duas tribos e meia: Gad, Rubens e metade da tribo de Manasses. Às demais a terra foi partilhada por meio de um sorteio, o que subentende que seja feito por Deus para evitar queixas e sentimentos de que uma tribo prevalecia ou era privilegiada diante de outras. Os capítulos que vêm a partir do décimo quarto capítulo do livro de Josué em diante são em essência dedicados à partilha e definição das condições do pacto no futuro.⁴ A terra é dada em usufruto ao povo como prova do poder divino e sob a estrita condição de manutenção do pacto. Josué enfatiza os deveres do povo: “Esforçai-vos, pois, muito para guardardes e para fazerdes tudo quanto está escrito no livro da lei de Moisés; para que dele não vos aparteis nem para a direita nem para a esquerda” (Josué, cap. 23, vers. 6). E determina a negação da idolatria como condição *sine qua non* da manutenção do pacto: “Para que não entreis no meio destas nações que ainda ficam convosco; e dos nomes de seus deuses não façais menção, nem por eles façais jurar, nem

os sirvais, nem a eles vos inclineis” (Josué, cap. 23, vers. 7). A relação do pacto com a terra e sua manutenção é quase óbvia. Transcende ao texto e aparenta ser algo que não pode ser transgredido sob o risco de severas penas.

O Livro dos Juízes tem sua redação imbricada com os demais livros considerados históricos. Um conjunto de livros que tem sua redação iniciada no final do período do Primeiro Templo e que se completam nas décadas seguintes. Alguns autores descrevem este conjunto como História Deuteronomista. O seu ponto de partida seria o Livro do Deuterônimo e sua continuidade se dá nos livros históricos de Josué, Juízes, Samuel I e II, Reis I e I (Lamadrid, 1996: 17-30; Grünen, 1983: 137-148). Trata-se de um conjunto que tem certa coerência e busca responder aos dilemas gerados pela conquista, destruição e exílio. De todos estes, o Livro dos Juízes é o de mais fácil entendimento. A intenção do autor ou dos autores é articulada tal como num roteiro de filme. O roteiro aparece no corpo do texto e é transparente e óbvio. As suas partes didaticamente escritas e descritas no segundo capítulo podem ser resumidas nas seguintes etapas: a) Deus consolida a conquista e a estabilidade, mas os líderes tal como Josué vêm a falecer; b) o povo se esquece de suas advertências e do Pacto e começa a idolatrar; c) Deus se irrita com a transgressão e pune o povo com a invasão e domínio externo, seja de povos autóctones como os cananeus ou de regiões próximas; d) o povo sofrendo a opressão se volta Deus e pede perdão, clamando por sua ajuda e redenção; e) Deus envia um líder carismático que os organiza e lidera na busca da liberdade e estabilidade, obtendo a vitória contra os inimigos; f) o líder os governa sob a Lei de Deus e os julga na paz; e) a morte do líder gera novo esquecimento e nova punição, ocorrendo uma seqüência cíclica de invasões/domínios e libertações.

Moral da história: a terra e a proteção divina estão condicionadas à obediência ao pacto e à fidelidade ao Deus único. As invasões e predomínios de povos são punições de Deus.

Transformações e crise: o pacto e a realidade

A SOCIEDADE TRADICIONAL REFERENDA UMA DIVISÃO justa e parcialmente equânime das terras conquistadas. O usufruto da terra e a obtenção de alimentos é a maneira de se manter as famílias, os clãs e tribos em equilíbrio e estabilidade. A terra de Canaã não era rica e nem possuía recursos hídricos notáveis que a fizessem ser uma região cobiçada. Ainda assim estava numa encruzilhada

de civilizações e impérios, pois servia de conexão geográfica entre o vale do Nilo e a Mesopotâmia. O trânsito de caravanas era constante e as invasões e a passagem de exércitos conquistadores se sucediam no passar dos tempos. Os hebreus ocuparam lenta e gradualmente o território vindo de leste para oeste, ou seja, do deserto para o vale do Jordão, deste para as montanhas centrais do país, e destas para os vales e para a planície costeira. Um processo de colonização e de ocupação se sucede. Tudo isso sob a égide um sistema social sem Estado e sem poder central.

A sociedade era patriarcal e tribal. Não havia agudas diferenças sociais entre os “invasores”, que eram na origem nômades e pastores. Sua fusão com os povos locais trouxe tanto uma troca tecnológica como o aprendizado da agricultura, como uma troca cultural que em seu bojo trazia tanto noções de urbanização e sedentarismo quanto a concepção do politeísmo animista e a idolatria. O texto bíblico alterna ora a noção de conquista e destruição das populações locais através de tomada de cidades e massacres como em Jericó e Hai, e ora a aceitação que a conquista não foi plena e que houve miscigenação entre as populações locais e os invasores. A sobrevivência dos cananeus é evidenciada pela Arqueologia. A ocupação alterna momentos de choque e luta armada com miscigenação e coexistência (Finkelstein; Silberman, 2003).

Em paralelo a estas continuidades e permanências se consolida a necessidade de um Estado centralizado. Os conflitos com os cananeus podiam ser enfrentados por coalizões de tribos, mas isso não se deu com os filisteus. A eficácia do armamento, pois já estavam na Idade do Ferro, a organização em cidades-Estado, e a belicosidade dos invasores exigiram a unidade. Sob a pressão popular os anciãos pressionaram e exigiram de Samuel que ungesse um rei sobre eles. A estrutura social e política se altera e a sociedade tradicional se desmancha. Isto se percebe nas entrelinhas do texto dos primeiros capítulos do primeiro Livro de Samuel (Samuel I, cap. 8 a 11). As resistências não impedem o processo histórico de se consolidar, mas o Estado gera hierarquias novas e poderes que não eram inseridos na concepção tradicional de sociedade. Isto já é perceptível no período das conquistas realizadas por David e seus generais. Acentuam-se sob Salomão, que ostenta seu poder com gestos, obras grandiosas e um *marketing* político e religioso: constrói o Templo de Jerusalém e eleva seu império à condição de potência regional respeitada. Salomão rompe a estrutura social justa através da imposição de trabalhos forçados e cobranças de taxas e impostos exorbitantes. Um mal-estar social perpassa a sociedade e culmina no cisma do Império em dois reinos: Israel no norte e Judá no sul, onde persiste a Casa de Davi.

Lenta e gradualmente os pequenos proprietários perdem o espaço para a burocracia estatal, para a hierarquia sacerdotal e para novos elementos sociais: comerciantes e os primeiros latifundiários. Estes não existem na sociedade tradicional e não se inserem na realidade sem conflitos.

O período mais crítico ocorre após a separação do Império de David e Salomão. A região situada a NE do reino de Israel, denominada Aram, se insurge e adquire a independência. Na seqüência, enceta expedições de saque periódicas na direção dos reinos de Israel e de Judá. O resultado é a devastação do campo e uma severa crise social. Esta gera uma desorganização na sociedade, que já estava afetada pelas alterações resultantes da criação da monarquia. A estrutura fundiária ordenada em pequenos lotes de terra de base familiar tribal se desequilibra e muitos dos proprietários perdem suas posses, outros também se deixam escravizar por causa das hipotecas das dívidas contraídas na esteira da crise. Surge uma grande massa de famílias de indigentes sem propriedades rurais e sem perspectivas de alteração de suas condições.

Uma séria crise se instala em Israel e em grau um pouco menor em Judá. Isto não se coadunava com a concepção social vigente na sociedade tradicional e gera um profundo mal estar entre os que se consideram os porta-vozes do Deus único. O Deus que libertou os escravos do Egito e que os levou à terra de Canaã e os ajudou a conquistá-la e reparti-la faz ouvir sua voz através de elementos de diversos estamentos sociais que se dizem seus representantes e criticam a postura dos governantes, dos juízes e dos sacerdotes que tratam de preservar o novo sistema e não tentam reverter a crise e restaurar a sociedade tradicional.

Profetas e escribas: em busca da justiça divina

NÃO SE TRATA DE UMA REAÇÃO REVOLUCIONÁRIA e sim conservadora. Há uma idealização do passado e do futuro. O presente é severamente criticado e considerado um desrespeito diante da vontade de Deus. Os Profetas se consideram defensores da tradição e da essência do Pacto: atacam a idolatria que se instaurou na sociedade e a injustiça social. Entre os profetas anteriores ao Exílio esta crítica é quase unânime. Há alguns que enfocam a idolatria como foco maior, tal como Oséias. Outros tecem críticas nas duas vertentes e as consideram indissociáveis. Não é fácil determinar se havia um movimento de massas que acompanhava estes líderes carismáticos. É certo que eram geralmente combatidos ou criticados pelos poderes estabelecidos, talvez com

raras e precisas exceções, tal como o primeiro Isaiás, em virtude de sua proximidade com a família real de Judá.

O aspecto político e social é um elemento componente, mas não o eixo do movimento. Seu ponto de partida é o Pacto e, portanto se trata de um movimento religioso que tem imbricações sociais e políticas. Todas as críticas vêm através da voz do Profeta, mas trata-se de Revelação e, portanto palavra divina. Deus é o crítico e ele quer a restauração da justiça. As profecias são embasadas na realidade social e religiosa, mas tendem a transcender esta por se tratar de um projeto divino de História. A História Deuteronomica é concebida na esteira do Exílio e, portanto, uma reflexão *a posteriori* das críticas dos profetas e uma análise e conclusão de seu significado. Seria ingênuo considerar este olhar como revolucionário e político, mas sim teológico. O conjunto dos livros históricos ajustado com boa parte dos livros proféticos é um entendimento do sentido da história, através do “olhar do projetista” desta, ou seja, do Deus criador e ordenador do mundo. Voltemos nosso olhar para alguns destes profetas e seu discurso.

Amós

UM CAMPONÊS IRADO E DOTADO DE uma crítica social aguçada. Se acreditarmos no texto de seu livro, era um pastor e coletor de sicômoros no deserto da Judéia. Ao receber a iluminação divina cruza a fronteira entre Judá e Israel e penetra no reino vizinho. Ao chegar à cidade de Beit El, onde havia sido erigido um santuário, se depara com duas questões. Alguns pesquisadores supõem que lá havia um culto idólatrico ao bezerro de ouro. Há dúvidas nesta questão. O outro detalhe com que ele se depara é a crise social e a omissão das autoridades diante desta. Seu discurso é acerbadado e virulento.

Critica a justiça e sua posição de defesa dos poderosos: “Vós que converteis o juízo em alosna, e deitais por terra a justiça” (Amós, cap. 5, vers. 7). E conclama pela justiça, ameaçando os que julgam de maneira arbitrária: “Odiai o mal, e amai o bem, e estabeleci na porta o juízo. Talvez o Senhor Deus dos Exércitos tenha piedade do remanescente de José” (Amós, cap. 5, vers. 15). Arremete contra os comerciantes que querem lucrar com a crise e alteram os pesos e medidas:

Dizendo: Quando passará a lua nova, para vendermos o grão, e o sábado, para abrirmos os celeiros de trigo, diminuindo o efa, e aumentando o siclo, e proce-

do dolosamente com balanças enganosas, Para comprarmos os pobres por dinheiro, e os necessitados por um par de sapatos, e para vendermos o refugio do trigo (Amós, cap. 8, vers. 5-6).

Amós faz uma leitura diferente do pacto ao inserir neste a dimensão ética. Conceitua que não basta agradar a Deus com sacrifícios de animais e celebrações rituais, enfatizando a postura ética e moralista de tratar os semelhantes com respeito e justiça social. Este refrão se repete em Isaías, o que demonstra um conceito comum entre estes profetas. O pacto e as solenidades não geravam uma proteção divina e uma imunidade ao povo diante de seus inimigos:

Odeio, desprezo as vossas festas, e as vossas assembléias solenes não me exalarão bom cheiro. E ainda que me ofereçais holocaustos, ofertas de alimentos, não me agradarei delas; nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais gordos. Afasta de mim o estrépito dos teus cânticos; porque não ouvirei as melodias das tuas violas. Corra, porém, o juízo como as águas, e a justiça como o ribeiro impetuoso (Amós, cap. 5, vers. 21-24).

Isaías

EM JUDÁ, O PROFETA ISAÍAS ERA provavelmente um componente da alta nobreza e aparentado da casa real. Sua existência histórica é razoavelmente aceita, mas a crítica bíblica acredita de uma maneira geral que o texto a ele atribuído se trate de uma coletânea de pelo menos dois autores. Assim sendo, e considerando que aceitemos a existência de dois Isaías, estamos nos referindo ao primeiro deles. Ele viveu na época do Reino de Judá, sob reis da dinastia davídica e conviveu com o Primeiro Templo em atividade.

Uma parte central de seu texto versa sobre a defesa do monoteísmo e a negação da idolatria. Seu estilo é bem construído em um hebraico bíblico denso e repleto de figuras de retórica e poética. Um dos mais belos e profundos livros da Bíblia hebraica, que influencia as palavras de teólogos e exegetas em todos os tempos. Nesta construção dirige seu olhar para Deus, para o Pacto no sentido metafísico e aguça a crítica à idolatria, que trata com ironia e sutileza. Tal como Amós critica o esvaziamento do culto a Deus através dos sacrifícios, por achá-lo desprovido de justiça. Diz: “De que me serve a mim a multidão de vos-

sos sacrifícios, diz o Senhor? Já estou farto dos holocaustos de carneiros, e da gordura de animais cevados; nem me agrado de sangue de bezerros, nem de cordeiros, nem de bodes” (Isaías, cap. 1, vers. 11). A ênfase na justiça aparece na continuação do texto: “[...] e ainda que multipliqueis as vossas orações, não as ouvirei, porque as vossas mãos estão cheias de sangue” (Isaías, cap. 1, vers. 15 /grifo nosso). Não deixa dúvidas ao prosseguir dizendo:

Lavai-vos, purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos; cessai de fazer mal. Aprendei a fazer bem; procurai o que é justo; ajudai o oprimido; fazei justiça ao órfão; tratai da causa das viúvas” (Isaías, cap. 1, vers. 16-17).

No simbolismo da expressão viúvas e órfãos se expressa a questão daqueles que não podem trabalhar um lote de terra e que devem ser ajudados pelo ervegetismo. O trabalho no campo é pesado e árduo e a dificuldade de fazê-lo leva viúvas e órfãos a terem de respigar os restos da colheita nos campos daqueles que o permitem. O modelo está no Livro de Rute, no qual a protagonista respiga nos campos de Boaz. Há leis inseridas no Deuteronômio que demonstram esta preocupação: Leket, Peá e Shichechá. As três reservam partes e sobras das colheitas, tais como os cantos ou as espigas que caíram no chão, para os necessitados.

Em Isaías, a conexão entre a prática da justiça e o culto a Deus impregna o texto, ora nas entrelinhas como no trecho acima e ora de maneira explícita. Isaías diz diretamente sem atenuar que:

O Senhor entrará em juízo contra os anciãos do seu povo, e contra os seus príncipes; é que fostes vós que consumistes esta vinha; o espólio do pobre está em vossas casas. Que tendes vós, que esmagais o meu povo e moeis as faces dos pobres? Diz o Senhor Deus dos Exércitos (Isaías cap. 3, vers. 14-15. Grifos nossos).

Quem fala através do Profeta é Deus. Isso dimensiona a ira do Criador em relação ao rompimento do pacto no aspecto do social, aliás, indissociável do religioso neste contexto. E avança numa colocação que bem caberia num defensor da reforma agrária ou num líder do MST, tal é a crítica ao latifúndio: “Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e fiquem como únicos moradores no meio da terra!” (Isaías, cap. 5, vers. 8). E vocifera ameaças aos que acumulam terras prevendo o terrível castigo que se

avizinha: “A meus ouvidos disse o Senhor dos Exércitos: Em verdade que muitas casas ficarão desertas, e até as grandes e excelentes sem moradores” (Isaías, cap. 5, vers. 9).

Seria um anacronismo se associar tempos e contextos tão distantes, pois entendemos que aqui se trata de um olhar imbricado no pacto. A terra fora cedida por Deus e seu usufruto era coletivo. Parcelada e dividida através de sorteio e entregue ao povo como um dos pilares do pacto. Aqui se rompe o pacto em alguns pontos: idolatria e justiça social são duas das pedras angulares da Aliança com Deus e neste olhar devem ser entendidas. O olhar do escriba e do profeta é um olhar restaurador e conservador. Quer refazer e retornar as condições sócio-religiosas pré existentes.

Isaías busca uma solução transcendente e prevê castigos e exílio, mas gera uma perspectiva de reconstrução e retorno após o mesmo e a instauração de um reino messiânico. Traz uma mescla de passado com o futuro: a paz e a justiça são restauradas e a alegoria do tempo messiânico no qual animais predadores convivem pacificamente com animais ruminantes é polissêmica. Entre muitas e diversas possibilidades interpretativas pode se ler que os fracos não serão mais oprimidos e se instaura de novo a justiça. Diz: “Mas julgará com justiça aos pobres e repreenderá com equidade aos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o sopro dos seus lábios matará ao ímpio [...]” (Isaías, cap. 11, vers. 4. Grifos nossos).

Miquéias

CONTEMPORÂNEO DE ISAÍAS, MAS POSSIVELMENTE ATÉ seu antecessor traz semelhanças em alguns de seus textos com o mesmo. Não nos dedicaremos a avaliar quem influencia a quem. Seu discurso é mais contundente e direto e por isso optamos por colocá-lo na seqüência de Isaías.

Descreve os que ainda no leito estão maquinando as suas articulações para se apropriar da terra dos pequenos agricultores. Diz sem meios termos e esclarece que se trata da herança: “Ai daqueles que nas suas camas intentam a iniquidade, e maquinam o mal; à luz da alva o praticam, porque está no poder da sua mão! E cobiçam campos, e roubam-nos, cobiçam casas, e arrebatam-nas; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança” (Miquéias, cap. 2, vers. 1-2. Grifos nossos). Herança de quem? Do Pacto e da partilha da terra.

Sua retórica é enfática e seu tom acusatório é dotado de com certa virulên-

cia. Compara os poderosos e líderes do povo a devoradores do povo ao “tirar a própria pele” dos oprimidos e num alegórico “canibalismo”:

A vós que odiais o bem, e amais o mal, que arrancais a pele de cima deles, e a carne de cima dos seus ossos. E que comeis a carne do meu povo, e lhes arrancais a pele, e lhes esmieuçais os ossos, e os repartis como para a panela e como carne dentro do caldeirão” (Miquéias, cap. 3, vers. 2-3).

Acusa a todos os componentes do estamento dominante, sejam sacerdotes e falsos profetas sejam os príncipes e governantes políticos. Reflete que eles se sentem imunes a risco por serem elementos do povo eleito e membros do Pacto com Deus:

“Ouvi agora isto, vós, chefes da casa de Jacó, e príncipes da casa de Israel, que abominais o juízo e perverteis tudo o que é direito, Edificando a Sião com sangue, e a Jerusalém com iniquidade. Os seus chefes dão as sentenças por suborno, e os seus sacerdotes ensinam por interesse, e os seus profetas adivinham por dinheiro; e ainda se encostam ao Senhor, dizendo: Não está o Senhor no meio de nós? Nenhum mal nos sobrevirá” (Miquéias, cap. 3, vers. 9-11).

Suas profecias se assemelham àquelas dos demais profetas e nelas se insere a visão da destruição da cidade de Jerusalém, do Templo, das belas casas dos poderosos e da estrutura política corrupta. “Portanto, por causa de vós, Sião será lavrada como um campo, e Jerusalém se tornará em montões de pedras, e o monte desta casa como os altos de um bosque” (Miquéias, cap. 3, vers. 9-11).

A concepção idealizada do futuro em Miquéias é dotada de semelhanças com Isaías. O início do seu quarto capítulo (Miquéias, cap. 4, vers. 1-3) tem semelhanças com o capítulo seis de Isaías (Isaías, cap. 6, vers. 1-3). Mas, no quarto versículo, Miquéias utiliza uma imagem que remonta à sociedade do passado e aloca este passado no futuro ao dizer: “Mas assentar-se-á cada um debaixo da sua videira, e debaixo da sua figueira, e não haverá quem os espante, porque a boca do Senhor dos Exércitos o disse” (Miquéias, cap. 4, vers. 4). Uma visão idílica do passado determinado por Deus na construção do pacto e que tem raízes numa sociedade igualitária primitiva idealizada.

Por isso acreditamos que a clássica imagem do sexto capítulo de Isaías, que tem sua origem em Miquéias, que tanto foi alegorizada no imaginário judaico e cristão, deve ser entendida em seu contexto. “[...] e converterão as suas espadas

em pás, e as suas lanças em foices; uma nação não levantará a espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra” (Miquéias, cap. 4, vers.3). Pensa-se aqui no futuro sob um olhar que é alegórico. Paz no final dos tempos, no seio de uma sociedade não urbana, sem Estado e sem organização política ordenada se torna uma utopia do passado: utopia na busca de algo conservador, tradicional mesmo se justo e pacífico.

Jeremias

JEREMIAS É UM PROFETA QUE VIVENCIA momentos dramáticos e difíceis e plenos de intensa emotividade. Por vezes se insurge diante de Deus e questiona as razões deste tê-lo escolhido para prever a destruição iminente que se avizinha. Sofre retaliações de elementos próximos ao poderes constituídos por sua crítica refinada e severa. Suas previsões se alinham como sendo um crime de traição e lesa majestade ao não aceitar os pactos com o Egito e sugerir que o castigo virá do Norte (leia-se Mesopotâmia que fica a NE). Há uma dramaticidade no texto que quase não se vê nos livros proféticos.

Lado a lado com estes conflitos há uma atuação que é menos evidente. Há aceitação da maior parte dos pesquisadores que Jeremias esteja envolvido numa Reforma ocorrida sob o governo de Josias (642 ou 638 até 606 ou 609), que tem sido conhecida como Reforma Deuteronômica (Grüen, 1983: 101-122). O livro do Deuteronômio é encontrado no Templo e dá fundamento a uma reforma religiosa que centraliza o culto e ajusta certas tensões. Há divergências de autores sob muitos aspectos, mas no geral se concorda que, de maneira completa ou parcial, o livro do Deuteronômio tenha sido escrito durante o reinado de Josias, possivelmente por um grupo de escribas influenciados ou liderados por Jeremias. “Teríamos um autor deuteronomista do reinado de Josias, período em que se fez a reforma religiosa com base no livro encontrado no templo” (Malanga, 2005: 90). A tradicional atribuição do livro a Moisés e sua inserção como o quinto livro do Pentateuco é invariavelmente contestada pela maioria dos pesquisadores não fundamentalistas.

Jeremias não consegue inserir na reforma as questões sociais imbricadas na posse da terra e na exclusão social dos que a perderam. Adverte os que não percebem a situação e crêem que a proteção divina está acima de posturas éticas: “Ouvi agora isto, ó povo insensato, e sem coração, que tendes olhos e não vedes, e que tendes ouvidos e não ouvis” (Jeremias, cap. 5, vers. 21). E prevê

castigos aos que enriquecem, dizendo que “engordam e engrossam” e transgridem a vontade de justiça que Deus ensinara: “Engordam-se, estão nédios, e ultrapassam até os feitos dos malignos; não julgam a causa do órfão; todavia prosperam; nem julgam o direito dos necessitados” (Jeremias, cap. 5, vers. 28).

Jeremias repete a concepção de profetas anteriores que os rituais desprovidos de uma postura ética e prática em relação aos oprimidos não os salvará. Adverte que o pacto não basta para oferecer imunidade, visto a opressão social e prevê a destruição (Jeremias, cap. 6, vers. 19-20).

A exploração do trabalho alheio é criticada de maneira que desperta dúvida por se tratar de uma sociedade escravista e não haver proibição a tal procedimento, desde que regras determinadas fossem respeitadas. O trecho diz: “Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça, e os seus aposentos sem direito, que se serve do serviço do seu próximo sem remunerá-lo, e não lhe dá o salário do seu trabalho” (Jeremias, cap. 22, vers. 13). Este trecho se coaduna com o versículo do Deuteronômio que reafirma o direito do jornaleiro receber a sua diária ao final de cada jornada:

Não oprimirás o diarista pobre e necessitado de teus irmãos, ou de teus estrangeiros, que está na tua terra e nas tuas portas. No seu dia lhe pagarás a sua diária, e o sol não se porá sobre isso; porquanto pobre é, e sua vida depende disso; para que não clame contra ti ao Senhor, e haja em ti pecado.

Percebe-se a relação entre os dois trechos e uma nova realidade. Os camponeses livres eram proprietários e, portanto, não trabalhavam como jornaleiros/diaristas. A perda da terra cria um novo grupo que, não sendo escravo por dívidas, se insere nesta categoria de trabalhador por jornada. Aqui se configura uma nova realidade que o profeta e a lei deuteronômica tratam de proteger e inserir sob a custódia divina. A crise social deve ter se aguçado desde Amós e Isaías e uma nova faceta aparece. Jeremias faz a advertência e considera a atitude pecaminosa. A lei é incisiva também e traz a aura do pecado ao não pagamento em dia do diarista.

Conclusões parciais

A SOCIEDADE TRADICIONAL DOS HEBREUS SE moldou na vida nômade e se inseriu no espaço de Canaã através da conquista e da colonização. Moldada em condi-

ções sociais iguais ou pelo menos de pequenas diferenças socioeconômicas faz associações deste modelo com uma sociedade idealizada, justa e gerida pela vontade divina.

O Pacto do povo de Israel com Deus é concebido dentro de algumas linhas mestras: a) crença e fidelidade absoluta ao Deus único (monoteísmo); b) negação de todo e qualquer tipo de idolatria; c) adoção de um código normativo que é definido como sendo a Lei revelada por Deus e entregue a Moisés; d) associado ao Pacto se concebe a conquista e posse da Terra de Israel como uma dádiva de Deus a todo o povo, implicitamente dito de “maneira coletiva”. Há no livro de Josué uma ampla descrição desta partilha minuciosamente narrada. Tendo o livro sido escrito num período próximo ao Deuteronômio e no auge da crise social nos reinos de Israel e Judá, subentendemos que se trata de uma justificativa ideológica retroagida.

A concepção dos profetas unifica tudo. A religião tem como meta uma sociedade idealizada que traz em seu bojo um modelo tradicional, agrário, justo e senão igualitário, pelo menos que permita que todos tenham sustento e condições dignas de vida.

Paradoxalmente as Escrituras servirão através da História do Ocidente para consolidar sistemas político-religiosos nos quais a hegemonia de grupos alojados nas classes superiores se consolidará fazendo uso das mesmas, para legitimar sistemas socioeconômicos que exercerão a exploração dos que não possuíam a posse de bens fundiários, através dos tempos.

Referências

- ALCALAY, *The complete hebrew-english dictionary*. Jerusalem; Ramat Gan: Massada, 1970.
- ALTER, Robert & KERMODE, Frank (Org.) *Guia literário da Bíblia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- AUSUBEL, Nathan. *Conhecimento judaico*. In: Biblioteca de Cultura Judaica, v. 4-5. Rio de Janeiro: Tradição, 1967.
- BARON, Salo Wittmayer. *Historia social y religiosa del pueblo judio*: v.1, época antigua, parte 1. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- BORGER, Hans. *Uma história do povo judeu*: v.1 de Canaã a Espanha. São Paulo: Sefer, 1999.
- CHOURAQUI, André *Os homens da Bíblia (A vida cotidiana)*. São Paulo: Companhia das

Letras; Círculo do Livro, 1990.

FELDMAN, Sergio Alberto. Rei ungido a redentor da humanidade: a evolução do conceito de Messias. In: SILVA, Gilvan Ventura; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.) *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES; PPGHIS, 2006.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

GRUEN, Wolfgang *O tempo que se chama hoje: introdução ao Antigo Testamento*. 5. ed., São Paulo: Paulinas, 1983.

KAUFMANN, Yehezkel *A religião de Israel*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP; AUCJ, 1989.

LAMADRID, Antonio González. *As tradições históricas de Israel: introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis; Vozes, 1996.

LODS, Adolphe. *La religion de Israel*. Buenos Aires: Hachette, 1940.

..... *Los profetas de Israel y los comienzos del judaísmo*. Mexico: Uteha, s.d.

MALANGA, Eliana Branco. *A Bíblia hebraica como obra aberta: uma proposta interdisciplinar para uma semiologia bíblica*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005.

ROTH, Cecil Enciclopédia judaica, IN: *Biblioteca de Cultura Judaica*, v. 1-3. Rio de Janeiro: Tradição, 1967.

NOTAS

* Artigo submetido à avaliação em 12 de abril de 2009 e aprovado para publicação em 25 de abril de 2009.

¹ T = de Torá que seria ensinamento ou Lei e que equivale ao Pentateuco; N = de Neviim que seria Profetas; CH ou K = de Ketuvim que significa Escritos.

² O conceito de santidade é amplo. Transcende a proposta deste artigo. Kaufman (1989) o define em sua obra. Outros autores o interpretam de maneiras diversas. O radical K D SH (kuf-dalet-shin) compõe diversas palavras: sagrado é a mais importante. Uma derivada desta expressão é LEAKDISH ou seja dedicar. Dedicar-se aos preceitos ou mitzvot. Um dos pilares do Judaísmo normativo que prevaleceu através dos séculos pela discussão/análise e prática das normas ou preceitos judaicos (num total de 613). Outro aspecto seria “separar”, seja o sagrado do profano ou seja Israel dos povos contaminados com a IDOLATRIA e o POLITEÍSMO. Esta vertente nos interessa nesta análise. Sersagrado é ser dedicado ao Deus único e não se contaminar com as crenças idólatras dos outros povos. A identidade judaica se configura na alteridade do (dos) outro (s). Idolatria é o “não ser” ou a antítese do Judaísmo.

³ Consideramos o uso das expressões Antigo e Novo Testamento, portadoras de uma posição ideológica, visto terem sido criadas e utilizadas no contexto de um confronto entre judeus e cristãos em torno da Eleição e da herança da Revelação e sua correta exegese. Optamos por usar Bíblia Hebraica ao nos referirmos a coletânea canônica aceita pelos judeus como compondo a Lei. Composta pelo Pentateuco ou Lei de Moisés, agregado de Profetas e Escritos e denominados pelos judeus através da sigla TANACH.

⁴ Os capítulos que vão do décimo quarto ao décimo nono são sobre a partilha. Os dois seguintes versam sobre as cidades de refúgio e as cidades dos levitas. No vigésimo segundo agradece e se despede das tribos alocadas ao leste do Jordão que seguiram lutando após receberem seu quinhão de terras. O fecho do livro é a recordação da condição de penhor a Deus pela conquista através da recordação de que o PACTO deveria ser seguido pelo povo: respeito e veneração ao Deus único e negação absoluta da idolatria.